

**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**  
**Relatório da Comissão de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas**

Ref.: Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Corumbataí, Botucatu e Tejuπά

Os integrantes da Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas se reuniram no dias 04/07/2012, 24/07/2012 e 30/08/2012 para avaliar o Plano de Manejo proposto para a APA Corumbataí, Botucatu e Tejuπά, Corumbataí, elaborado pela Fundação Florestal, com base na Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de agosto de 2002.

A apresentação do Plano será feita por técnicos da Fundação Florestal bem como pela gestora da Unidade de Conservação, entre os questionamentos feitos, podem ser destacados os seguintes temas:

**Sobre a Unidade de Conservação:**

A APA Corumbataí, Botucatu e Tejuπά – Perímetro Botucatu abrange parte de nove municípios paulistas que estão inseridos na região administrativa de Sorocaba, dentro das regiões de governo de Itapetininga, Avaré e Botucatu. São eles: Angatuba, Avaré, Bofete, Botucatu, Guareí, Itatinga, Pardinho, São Manuel e Torre de Pedra, perfazendo um total de 215.615,1 ha. Apesar dos municípios pertencerem às subáreas diversas e, portanto, com diferentes centros de polarização, boa parte deles apresenta aspectos sociais e econômicos parecidos e se integram de forma semelhante à economia regional.

A APA Botucatu está inserida, predominantemente, nas províncias geomorfológicas da Depressão Periférica e Cuestas Basálticas, e, subordinadamente, no Planalto Ocidental. Encontra-se, ainda em duas zonas da Depressão Periférica: Zona do Médio Tietê e Zona do Paranapanema.

Atualmente, tanto o Cerrado quanto a Mata Atlântica encontram-se em situação crítica para conservação, devido à alta concentração de endemismo e de espécies de plantas e animais ameaçados de extinção, tendo sido indicados como ecossistemas prioritários para conservação. O Cerrado apresenta altos índices de endemismo devido principalmente à heterogeneidade ambiental, com uma variação

ao longo do espaço, enquanto o endemismo relacionado à Mata Atlântica poderia estar relacionado com o gradiente altitudinal.

Percebe-se, então, que a APA Botucatu possui diversos remanescentes naturais significativos que potencialmente abrigam grande diversidade de espécies da fauna e flora, sendo estes prioritários para conservação da biodiversidade. Fonte: Plano de Manejo.

### Localização

A Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí, Botucatu e Tejupá – Perímetro Botucatu, conhecida simplesmente como “APA Botucatu”, localiza-se entre as coordenadas 23º23’30” a 22º43’30” de latitude Sul e 48º07’30” a 48º58’00” de longitude Oeste.

A APA Botucatu abrange parte dos municípios de Angatuba (1,24%), Avaré (22,88%), Bofete (71,19%), Botucatu (25,94%), Guareí (28,17%), Itatinga (64,81%), Pardinho (72,01%), São Manuel (4,88%) e Torre de Pedra (51,62%), perfazendo um total de 215.615,12 ha.

### FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

<b>Nome da unidade:</b> Área de Proteção Ambiental Corumbataí, Botucatu, Tejupá – Perímetro Botucatu	
<b>Órgão gestor da Unidade:</b> Fundação Florestal – Rua do Horto, 931 – Bairro Tremembé – São Paulo – SP – Fone (11) 2997-5000	
<b>Nome do Gestor:</b> Claudia Macedo Reis	
<b>Endereço da Sede</b>	Rua Chico Padre, 63 – Jardim Dona Nicota de Barros CEP 18611-310 – Botucatu/SP
<b>Telefone</b>	(14) 3814 1144
<b>E-mail</b>	claudia.macedoreis@gmail.com
<b>Decreto de Criação</b>	Decreto Estadual n.º 20.960 de 08 de junho de 1983
<b>Regulamentação</b>	Resolução SMA s/nº de 11.03.87
<b>Superfície da Unidade</b>	215.615,12 ha/2.156,15 Km²
<b>Perímetro da Unidade</b>	626,02 Km

<b>Municípios que abrange e percentual da área territorial do município inserido na Unidade Conservação</b>	Angatuba: 1,24%; Avaré: 22,88%; Bofete: 71,19%; Botucatu: 25,94%; Guareí: 28,17%; Itatinga: 64,81%; Pardinho: 72,01%; São Manuel: 4,88%; Torre de Pedra: 51,62%.
<b>Coordenadas Geográficas</b>	23o23'30" a 22o43'30" S 48o07'30" a 48o58'00" W
<b>Marcos Geográficos referenciais dos limites</b>	Da represa de Jurumirim (municípios de Avaré e Itatinga), ao sul da APA, às margens da represa de Barra Bonita, ao norte, no município de Botucatu. Do início do reverso das Cuestas Basálticas em direção ao Planalto de Botucatu, a oeste, ao entroncamento da Rodovia SP300 (Marechal Rondon) à rodovia SP-147, a leste.
<b>Biomos e ecossistemas</b>	Biomos da Mata Atlântica e Cerrado, com as fitofisionomias Floresta Estacional Semidecidual, Savana Arborizada (cerrado "stricto sensu"), Savana Florestada (cerradão), Campos Úmidos e áreas de várzeas.

Fonte: Plano de Manejo.

### **Sobre o Plano de Manejo**

O Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, concluído em 2011, foi elaborado com o fim específico de estabelecer estratégias e ações para promover a efetiva conservação das fisionomias dos ecossistemas presentes na região de abrangência da Unidade de Conservação, bem como seu patrimônio histórico, cultural e artístico.

Assim, a Comissão de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas propõe ao plenário do CONSEMA:

Emitir parecer favorável ao Plano de Manejo da APA Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, com a edição de deliberação específica e a ampla divulgação do plano na região, com as seguintes considerações e ressalvas.

## **DAS CONSIDERAÇÕES**

### **1) Introdução**

*(Ficha técnica da APA; contextualização e aspectos históricos)*

#### **Conselho Gestor**

Aparentemente, apresenta boa composição com diversificação de órgãos em todas as suas esferas. Entretanto, recomenda-se maior participação dos representantes municipais, bem como a inclusão de membros de instituições específicas como o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

### **2) Abordagem Metodológica**

*(Princípios e diretrizes metodológicas, meio físico, meio biótico e meio social; banco de dados geográficos e zoneamento)*

Apresenta metodologia adequada e padrão de fontes de pesquisa de acordo.

### **3) Diagnóstico Ambiental**

*(Localização; meio físico, clima, geologia, recursos hídricos superficiais e subterrâneos, recomendações; meio biótico, flora, fauna; meio social, ocupação humana, socioeconomia, vetores de pressão, patrimônio histórico, cultural e artístico)*

#### **Recursos Hídricos Superficiais**

Entre todos os dados descritos no capítulo, latejam, as condições do município de Guareí, que tem concessão da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Com população estimada em 14.490 habitantes, a cidade apresenta índice 0% de tratamento de esgoto.

Recomenda-se uma ação mais efetiva dos poderes públicos em face desta questão; ampliar o monitoramento dos recursos hídricos superficiais, com o objetivo de indicar com precisão, aos órgãos públicos competentes, indicativos para a qualidade da água para abastecimento e expandir o tratamento de esgoto; ter um controle mais sistematizado sobre o uso de agrotóxicos na região; fomentar as

pesquisas relacionadas ao meio físico da APA, - o próprio texto destaca a ausência de estudos e a bibliografia e a forma como o Plano de Manejo foi elaborado também evidencia essa deficiência. A Fundação Florestal informa que estão sendo adotadas medidas sanitárias reparadoras e saneadoras pela Prefeitura Municipal de Guareí, inclusive por força de uma Ação Civil Pública que trata da questão.

Recomenda-se também um controle ostensivo sobre as atividades consideradas de pressão, como a pecuária e a agricultura, onde estão sendo tratados na Minuta de Instrução Normativa do Plano (anexo).

### **Meio Biótico (Vegetação)**

Atenção para os fragmentos florestais descritos atualmente como Floresta Estacional, Savana (Cerrado), Savana Arborizada, Savana Florestada, Campo Úmido e Várzea, sobretudo, nas Áreas de Preservação Permanente – APPs.

Recomenda-se a implantação de pesquisas nessas regiões para uma composição mais precisa sobre a biodiversidade. Presença de espécies exóticas de grande porte e de ampla ocupação, como Pinus (*Pinus elliottii*), Capim-braquiária (*Urochloa decubens*) e Capim-napiê (*Pennisetum purpureum*) são uma das grandes ameaças aos fragmentos vegetais descritos, que compõe o significado da região ser considerada e legalmente regulamentada como Área de Proteção Ambiental – APA.

### **Meio Biótico (Fauna)**

O Conselho Gestor da APA Corumbataí, Botucatu e Tejupá, Corumbataí deve estar atento, quando possível, ao cadastramento das pesquisas na Comissão Técnico Científica – COTEC, do Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Isso permitirá, além do controle das pesquisas em andamento, identificar de forma mais adequada novos estudos, inclusive sobre o aspecto do fomento e o incentivo à pesquisa na região.

Segundo o Plano de Manejo, há muitas espécies da fauna com status característicos de vulnerabilidade, perigo e extinção na natureza, iminência de ameaça ou extinção e com dados insuficientes. Portanto, esse tema deve ser tratado com a devida acuidade.

Recomenda-se atenção para as populações remanescentes por conta da influência e do possível avanço de monoculturas, silviculturas, citricultura sobre os fragmentos florestais que caracterizam a APA. Por fim, sugere-se, por parte do poder

público nas esferas pertinentes, políticas igualitárias distintas entre a preservação e a conservação da Mata Atlântica e do Cerrado.

### **Meio Social (Ocupação Humana)**

O capítulo caracteriza-se por excessiva compilação de dados. Em análise do conteúdo verifica-se a necessidade de prudência para as áreas consolidadas de Eucalipto e Pinus que apresentam grandes extensões dessa cultura. Segundo o Plano de Manejo, Botucatu tem 18% de seu território ocupado, Bofete e Guareí, 21%; Angatuba, 17% e Itatinga, com expressivos 42%. O Processo de urbanização e industrialização da região deve ter participação efetiva das prefeituras e da sociedade civil, para que a caracterização da Área de Proteção Ambiental seja mantida em seus índices atuais.

Verifica-se que há grande potencial turístico na região, contudo, há clara ausência de fomento a esta atividade socioeconômica, necessitando de investimentos, tanto nos setores público quanto privado. Sugere-se que sejam buscados incentivos econômicos para atividades que privilegiem a conservação e preservação dos ecossistemas.

Recomenda-se manutenção do Projeto Estratégico Município Verde Azul da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, por parte das cidades que abrangem os limites da APA.

Aconselha-se o comprometimento e urgência no que se refere à implantação do Zoneamento e programas propostos pelo Plano de Manejo.

### **Patrimônio Histórico-Cultural Material e Imaterial**

Não há registro de comunidades indígenas na região, atual e pretérita bem como suas condições.

Recomenda-se ainda, participação efetiva sobre a discussão de pontos históricos e arqueológicos com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT.

## **4) Avaliação Estratégica da APA**

*(Apresentação, matriz de análise)*

Apresentação sucinta das estratégias.

## **5) Zoneamento**

*(Métodos, zonas de conservação, agrosilvopastoril e delimitação de áreas; apresentação das zonas e diretrizes)*

O zoneamento da APA Corumbataí, Botucatu e Tejupá, Corumbataí parece ser o principal instrumento para viabilizar de forma conclusiva as diretrizes no Plano de Manejo, bem como as ações, políticas e atividades de conservação, preservação e manutenção das características de biodiversidade da região. Os objetivos específicos para a implantação do zoneamento traçam pontos básicos como a proteção dos remanescentes de vegetação; proteção às formações geológicas com expressivo grau de fragilidade, como as Cuestas Basálticas; garantia da qualidade e da quantidade de água dos mananciais superficiais e subterrâneos, com destaque para o Aquífero Guarani; garantia de disciplina do uso do solo e da exploração dos recursos naturais, com restrição as atividades com alto impacto na paisagem; delimitação e conservação de sítios históricos, culturais e arqueológicos; ordenação das áreas destinadas ao interesse público e incentivo para a recuperação das áreas degradadas, bem como o controle sobre as espécies exóticas e invasoras.

A descrição dos zoneamentos está objetiva e conclusiva, e esta sendo abordado de forma detalhada na Minuta de Instrução Normativa do Plano (anexo).

### **Minuta de Instrução Normativa**

Após ajustes do texto final (anexo) que encaminha ao CONSEMA a minuta normativa de instituição de plano de manejo, suas memórias e justificativas técnicas.

### **Relatório – Oficina e Zoneamento**

O relatório apresenta boas contribuições. Conclui-se que as oficinas foram determinantes para a evolução do Plano de Manejo da APA Corumbataí, Botucatu e Tejupá, Corumbataí.

## **Relatório – Oficina Conclusiva**

Oficinas trazem considerações relevantes para a execução do Plano de Manejo da APA Corumbataí, Botucatu e Tejupá, Corumbataí.

Aconselha-se incorporar sugestões baseadas na legislação pertinente em vigência, com ênfase no zoneamento para recursos hídricos, conservação e preservação da biodiversidade e verificação de legislação específica para atividades humanas em Unidades de Conservação.

## **RECOMENDAÇÕES**

### **1) Considerações sobre as restrições ao cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM) e aplicação de agrotóxicos por aeronaves.**

Nas discussões realizadas pelos representantes da Comissão de Biodiversidade, levantou-se a necessidade de maior segurança jurídica do ato normativo quanto a licenciamentos de obras de infraestrutura (especialmente lineares), utilidade pública e baixo impacto, a competência para normatizar agrotóxicos e questões envolvendo organismos geneticamente modificados (OGM). A vista dos dois últimos foi preparada a Informação Técnica CBRN/DB nº 004/2012 (anexa) que ajudou a embasar a Fundação Florestal com relação à competência para normatizar os temas agrotóxicos e organismos geneticamente modificados, bem como revisou a minuta do ato normativo instituidor do plano de manejo em tela para permitir, com maior clareza, o primeiro (licenciamentos).

A FF relatou ser concorrente a competência do Estado em restringir o cultivo de OGM naquele território. Resgatou-se o fato de o Conselho da APA haver aprovado esse tipo de restrição, o que não traria um ônus maior aos cultivos agrícolas da região, e que se ao contrário, houvesse a liberação, haveria prejuízos à agricultura orgânica.

Alertou-se que o mesmo tipo de restrição havia sido feito com relação à aplicação de agrotóxicos. A informação técnica supracitada confirmou que a competência nesse caso também é concorrente. A questão não diz respeito às formulas ou restrição de uso de determinados princípios ativos de agrotóxicos, mas à sua aplicação por aeronaves, que resultaria em derivas, ocasionando prejuízos potenciais ao ambiente e às pessoas. Portanto, mantém-se a restrição a esse tipo de aplicação

## **2) Zona de Vida Silvestre**

Embora tenha sido criada a *Zona de Conservação do Patrimônio Natural* (ZCPN), a *Zona de Vida Silvestre* não aparece no zoneamento. O Ministério Público do Estado de São Paulo preparou um relatório (anexo), apontando para a necessidade da integração do Levantamento dos Fragmentos de Vegetação ao plano; considerando a Zona de Vida Silvestre, bem como a proteção às nascentes deve ser estendida às intermitentes, para proteção dos recursos hídricos.

Ficou decidido pela CB que constaria da ata e do relatório a ser enviado ao CONSEMA a definição de Zona de Vida Silvestre e que seria aplicado à APA independentemente do plano de manejo.

## **3) Considerações sobre a utilização do Decreto Estadual 47.397/02 (Fator de Complexidade W) como critério para atividades industriais.**

Com relação ao Fator de Complexidade W, levantou-se que esse instrumento é de 2002, a CETESB o utiliza e não há perspectiva de substituição por outro indicador. A CETESB julgou que os indicadores utilizados para a APA estão adequados com relação à tipologia de indústrias. Assim, ratificou-se o uso do Fator W.

## **4) Limites da APA**

Foi incorporada a sugestão da FIESP sobre os limites oficiais da APA e das zonas foram citados na Instrução Normativa, e os arquivos digitais foram depositados no Núcleo de Regularização Fundiária da Fundação Florestal e, portanto, são documento público.

## **5) Parceria da FAESP quanto ao uso da aplicação de agrotóxicos**

Representantes da FAESP consultaram agricultores da região, de acordo com os quais o fato de não se utilizarem aeronaves para a aplicação de agrotóxicos não seria um problema. Pediu-se a flexibilização da restrição ao uso de agrotóxicos da classe 1 para classe 4, dependendo do grau de infestação, sugerindo que isso seja examinado caso a caso. A FAESP ressalta que possui diversos cursos sobre aplicação de agrotóxicos através do Sistema FAESP-SENAR, onde estão dispostos a incentivar o treinamento dos agricultores da região, por meio de processos educacionais. Sugere-se

ainda, que na matriz de planejamento estratégico do Plano de Manejo conste o Sistema FAESP-SENAR como parceiro potencial, para a capacitação dos agricultores, educação ambiental, conservação e manejo de solo, capacitação para a agricultura orgânica, turismo rural, entre outros.

A FF ressaltou o fato de já haver participação de um conselho rural no conselho da APA, reafirmou a importância da interlocução com o setor, colocou-se à disposição para participar das reuniões e aceitará a sugestão da FAESP na matriz de planejamento.

## **CONCLUSÃO**

Conclui-se que o PM da APA Corumbataí, Botucatu e Tejuπά, Corumbataí é um importante passo para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente da região.

Recomendar ao gestor do Parque, bem como ao Conselho Consultivo, que apresentem relatório da implantação dos programas previstos no Plano de Manejo um ano após a sua aprovação para acompanhamento da Comissão Especial da Fundação Florestal.

São Paulo, 17 de setembro de 2012.

Andrea Nascimento  
Conselheira Relatora  
Ambientalista / Agência Ambiental Pick-upau